

ENSINO: Apesar de investir R\$ 26,6 bilhões no setor, o Brasil tem um dos piores desempenhos educacionais do mundo

Educação, um problema econômico

Para garantir a competitividade, as indústrias estão investindo na formação da mão-de-obra

Ana Magdalena Horta
e Andréa Dunningham

Abaixa escolaridade da mão-de-obra brasileira já está afetando a competitividade do país no exterior. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirma que grande parte dos trabalhadores que freqüentaram até a sexta série do Primeiro Grau nas escolas públicas é incapaz de ler e escrever corretamente, ou mesmo de dominar as quatro operações básicas, comprometendo a produtividade das fábricas. Dados do Ministério do Trabalho mostram que só 12,14% dos trabalhadores da indústria têm o Segundo Grau completo, e apenas 4,16% têm nível superior. Alarmada, a CNI decidiu enviar ao presidente Fernando Henrique Cardoso nas próximas semanas um documento alertando que é fundamental mudar esse quadro, para que as empresas brasileiras possam competir com eficiência num mundo globalizado.

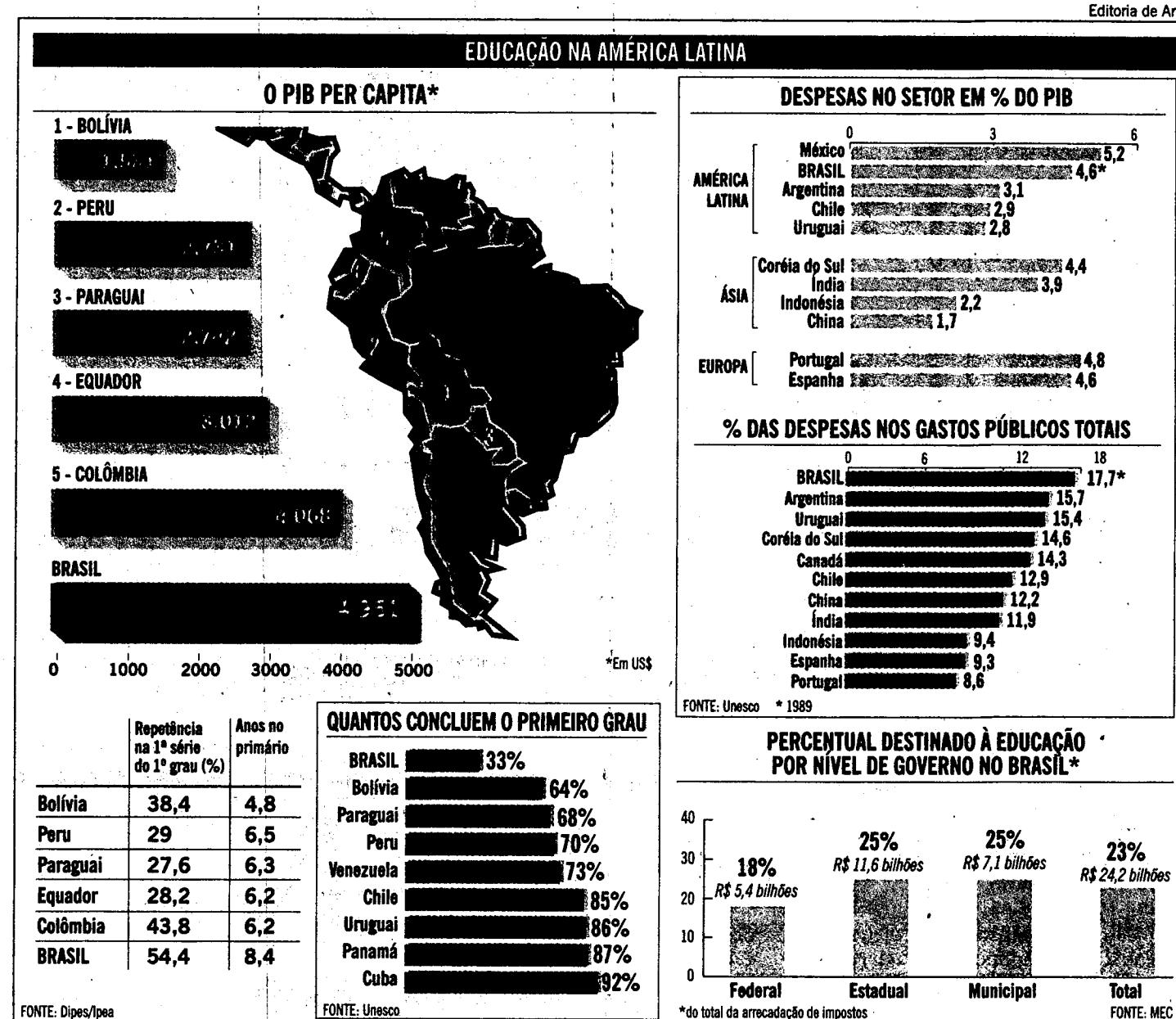
Não é por falta de dinheiro que o Brasil chegou a esse ponto. De todos os países da América Latina, ele é um dos que mais investe em educação — 4,6% do PIB, perdendo só para o México, com 5,2% — mas, ainda assim, tem o pior ensino do continente. São 38 milhões de analfabetos no país. Da população economicamente ativa, três em cada quatro pessoas não concluíram o Primeiro Grau.

De cada cem alunos matriculados, apenas 33 concluem o Primeiro Grau

Dados da Organização das Nações Unidas para a Cultura e Educação (Unesco) mostram ainda que, no Brasil, de cada cem alunos que se matriculam nas escolas, só 33 conseguem terminar os oito anos do Primeiro Grau. Um número que está longe da porcentagem registrada no Uruguai, de 86%, ou da apresentada pelo Chile, de 85%. Até mesmo a Bolívia, que tem um PIB per capita muito menor que o do Brasil — de US\$ 1.531, contra US\$ 4.951, respectivamente — tem uma taxa de conclusão do Primeiro Grau quase duas vezes maior, de 64%.

O que está errado? Segundo a Secretaria de Política Educacional do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), os recursos, apesar de elevados, não bastam por três motivos: são mal distribuídos, mal administrados e desviados para outros fins:

— Há, com efeito, muito desvio de verbas. As prefeituras utilizam o dinheiro em suas frotas de veículos, constróem estradas, pavimentam ruas e as-



sim perante — explica a secretária de Política Educacional do MEC, Eunice Ribeiro Durham.

De acordo com estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cerca de 50% do dinheiro destinado à educação se perdem no ralo das despesas não relacionadas às escolas. Isso equivale a um desvio de R\$ 13,3 bilhões, se for considerado um orçamento de R\$ 26,6 bilhões composto pelos impostos previstos na Constituição e pelo salário-educação.

É assim que, apesar de destinar 17,7% do orçamento da União à educação — um dos maiores gastos do mundo — o Brasil está ensinando mal e desperdiçando dinheiro. Segundo a pesquisadora do Ipea Lizete Pereira Nunes, a repetição é tão grande que a maior parte dos estudantes brasileiros passa mais tempo na escola do que seria necessário para completar o Primeiro Grau,

mas ainda assim não conclui o curso. Ela explica que, em média, os jovens freqüentam a escola durante 8,4 anos e só completam cinco séries neste período. Anualmente, 11 milhões de alunos são reprovados. Só com a repetição e a evasão, estima-se que o país perde US\$ 3 bilhões por ano.

Cansadas de ver a falta de escolaridade afetar seus resultados — calcula-se que a baixa qualificação provoca uma perda de 20% de produtividade — a cada dia mais indústrias investem em educação por conta própria. Através de convênios com instituições como Senai/Senai e Fundação Bradesco, as empresas criam salas de aula nas próprias fábricas para oferecer cursos que vão da alfabetização ao Segundo Grau. Algumas, como Votorantim e Vicunha, preferem adotar escolas públicas.

A modernização das linhas de produção foi um dos fatores que mais pesa-

ram na decisão das empresas. Tjerk Franken, gerente da Andersen Consulting, explica que, sem formação, os funcionários não conseguem dar o rendimento adequado às máquinas, o que acaba afetando a produtividade e o custo-benefício dos investimentos.

Segundo Alexandre Rodrigues, diretor-geral do Senai e um dos autores do trabalho da CNI que será entregue ao Governo, a indústria não pretende, com esta iniciativa, tomar o lugar do Governo, mas apenas se afirmar no mercado global:

— Para as empresas serem competitivas, é mais do que necessário investir em educação básica. Por isso, já não interessa discutir se esse é ou não o papel dos empresários. Se a indústria precisa de mão-de-obra bem preparada, não tem jeito: ou ela treina seus funcionários ou vai buscá-los no exterior — conclui.

A afirmação de Rodrigues é baseada em números. Ele tem em mãos um estudo do Departamento de Educação americano mostrando que, a cada 10% de aumento de investimento no setor, obtém-se um ganho de 8,6% em produtividade. O trabalho menciona, ainda, que se o mesmo incremento for dado ao volume de horas trabalhadas, o aumento de produtividade será de apenas 5,6%. E se os 10% extras forem aplicados em investimentos tecnológicos, o ganho será ainda menor: 3,4%.

Esta iniciativa da indústria, contudo, é limitada. A maioria das empresas que estão dando escola a seus funcionários não contrata mais empregados sem o Primeiro Grau. O que significa que quem não tem a sorte de fazer parte do quadro de pessoal de uma dessas empresas terá que contar com a melhoria do sistema público.

Essa situação se agrava porque, no Brasil e no mundo, as empresas vêm privilegiando quem tem melhor grau de escolaridade. De 1991 a 1995, por exemplo, o número de trabalhadores demitidos com Primeiro Grau incompleto superou em 1,3 milhão o volume de contratados com a mesma escolaridade. No mesmo período, a diferença entre o número de trabalhadores com Primeiro Grau completo demitidos e contratados foi nula.

Demissões afetam mais trabalhadores com baixa escolaridade

Quem tem menos escolaridade está mais vulnerável às demissões e, num círculo vicioso, não consegue retornar ao mercado de trabalho, cada vez mais exigente. É que, com as inovações tecnológicas, o perfil do trabalhador está mudando.

De acordo com um estudo elaborado pelos pesquisadores do Ipea Carlos Alberto Vieira e Edgard Alves, para ter sua vaga garantida na indústria o trabalhador vai precisar, cada vez mais, ter capacidade de auto-aprendizagem e compreender os processos. Isso significa que ele terá que interpretar, tomar decisões e avaliar resultados. Mas isso não basta: é fundamental, ainda, que ele domine a linguagem técnica, saiba ler, escrever e se expressar e tenha disposição e habilidade para trabalhar em grupo, além de ser versátil.

— Esses jovens que estão sendo formados de maneira tão precária hoje são justamente os que vão entrar no mercado de trabalho amanhã, que faz todas essas exigências — alerta Alves. ■